



DECRETO Nº. 210, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A INSCRIÇÃO E BAIXA DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMAGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas no artigo 58, inciso V da Lei Orgânica Municipal e o superior e predominante interesse do município, a teor do que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o artigo 36, em combinação com o parágrafo único do artigo 92, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e,

CONSIDERANDO a necessidade do fiel cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar 101/2000, especificamente no que diz respeito ao equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas;

CONSIDERANDO que é imprescindível registrar somente os compromissos líquidos e certos assumidos pela administração após a devida liquidação das despesas nos termos do artigo 63, §2º da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO que é fundamental que os demonstrativos contábeis informem saldos reais de dívidas fluante, extirpando aquelas registradas indevidamente;

DECRETA:

Art. 1º Ressalvadas as despesas decorrentes de execução de obras e instalações, material permanente, de despesas de caráter continuado e ad decorrentes de medidas de contenção e combate à pandemia da COVID-19 somente poderão ser inscritas em restos a pagar no fluente exercício as despesas empenhadas e efetivamente realizadas no exercício financeiro correspondente, cuja liquidação se tenha verificado no ano ou possa vir a ocorrer até 31 de dezembro de 2021.

§ 1º Para fins do disposto nesse artigo, consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras tenham sido efetivamente realizadas no exercício e liquidadas aquelas cujos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito comprovem o direito do credor, conforme estabelecido no parágrafo segundo do artigo 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO ESTADO DE MATO GROSSO

www.camposdejulio.mt.gov.br

§ 2º Os saldos de empenhos referentes a despesas que não se enquadrem no *caput* desse artigo, bem como aquelas cujo saldo se referir a empenhos estimados deverão ser anulados pelo ordenador de despesas.

§ 3º As despesas inscritas em restos a pagar do ano em curso não liquidadas até 31/12/2021, poderão ser anuladas em conformidade com a prescrição quinquenal prevista no artigo primeiro do Decreto Federal nº.20.901/32, o artigo segundo do Decreto Federal nº. 4.597/42 e o parágrafo quinto, inciso primeiro do artigo 206 do Código Civil.

§ 4º O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência das anulações estabelecidas nos parágrafos segundo e terceiro, cujas despesas tenham sido liquidadas ou realizadas serão atendidos à conta de dotação orçamentária constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos no exercício em que se der a reclamação.

Art. 2º As despesas inscritas em restos a pagar do exercício de 2019, bem como em exercícios anteriores não liquidadas até 31/12/2021 deverão ser obrigatoriamente anuladas, ressalvadas as despesas decorrentes de execução de obras e instalações.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no *caput* às despesas relativas a:

I- ações orçamentárias financiadas com recursos de operações de crédito externo, inclusive sua contrapartida nacional;

II- ações orçamentárias financiadas com recursos próprios cuja execução esteja paralisada por falta de transferência de recursos pelo poder público.

Art. 3º Cabe à Secretaria Municipal de Finanças o levantamento dos créditos, situações de liquidações da despesa e cumprimento do disposto nesse decreto.

Art. 4º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de novembro de 2021.


IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Prefeito de Campos de Júlio

(349) 3.1.90.11.00.00.2.048.01.0046 Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 10.000,00

(358) 3.3.90.46.00.00.2.048.01.0046 Auxílio Alimentação R\$ 1.981,50

(391) 3.1.90.04.00.00.2.050.01.0002 Contratação por Tempo Determinado R\$ 27.591,21

(392) 3.1.90.11.00.00.2.050.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 89.072,71

(254) 3.1.90.13.00.00.2.050.01.0002 Obrigações Patronais R\$ 25.090,08

(410) 3.1.90.04.00.00.2.052.01.0002 Contratação por Tempo Determinado R\$ 25.713,94

(411) 3.1.90.11.00.00.2.052.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 25.351,44

(256) 3.1.90.13.00.00.2.052.01.0002 Obrigações Patronais R\$ 12.384,00

(223) 3.3.90.46.00.00.2.110.01.0002 Auxílio Alimentação R\$ 314,00

(368) 3.1.90.11.00.00.2.111.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 12.516,00

(259) 3.1.90.13.00.00.2.111.01.0002 Obrigações Patronais R\$ 3.006,81

(374) 3.3.90.46.00.00.2.111.01.0002 Auxílio Alimentação R\$ 680,09

Total suplementação R\$ 558.200,35

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(773) 3.1.90.04.00.00.2.035.01.0002 Contratação por Tempo Determinado R\$ 19.862,31

(278) 3.1.90.11.00.00.2.035.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 112.537,55

(246) 3.1.90.13.00.00.2.035.01.0002 Obrigações Patronais R\$ 52.889,60

(292) 3.3.90.46.00.00.2.035.01.0002 Auxílio Alimentação R\$ 21.958,00

(845) 3.3.90.46.00.00.2.035.03.0042 Auxílio Alimentação R\$ 3.204,25

(247) 3.1.90.13.00.00.2.036.01.0002 Obrigações Patronais R\$ 30.000,00

(310) 3.1.90.11.00.00.2.040.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 23.360,40

(248) 3.1.90.13.00.00.2.040.01.0002 Obrigações Patronais R\$ 17.616,00

(884) 3.1.90.13.00.00.2.040.03.0042 Obrigações Patronais R\$ 1.782,95

(324) 3.3.90.46.00.00.2.040.01.0002 Auxílio Alimentação R\$ 10.797,71

(885) 3.3.90.46.00.00.2.040.03.0042 Auxílio Alimentação R\$ 3.600,00

(252) 3.1.90.13.00.00.2.047.01.0002 Obrigações Patronais R\$ 7.400,00

(344) 3.3.90.46.00.00.2.047.01.0002 Auxílio Alimentação R\$ 10.858,01

(846) 3.3.90.46.00.00.2.047.03.0042 Auxílio Alimentação R\$ 2.378,62

(912) 3.3.90.46.00.00.2.047.03.0046 Auxílio Alimentação R\$ 11.375,63

(347) 3.1.90.04.00.00.2.048.01.0046 Contratação por Tempo Determinado R\$ 31.000,00

(350) 3.1.90.11.00.00.2.048.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 47.777,15

(887) 3.1.90.13.00.00.2.048.03.0042 Obrigações Patronais R\$ 1.874,38

(353) 3.3.90.30.00.00.2.048.01.0046 Material de Consumo R\$ 12.413,50

(359) 3.3.90.46.00.00.2.048.01.0002 Auxílio Alimentação R\$ 2.590,91

(888) 3.3.90.46.00.00.2.048.03.0042 Auxílio Alimentação R\$ 2.939,50

(918) 3.3.90.30.00.00.2.050.03.0042 Material de Consumo R\$ 2.075,19

(399) 3.3.90.46.00.00.2.050.01.0002 Auxílio Alimentação R\$ 3.908,69

(216) 3.1.90.11.00.00.2.110.01.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas R\$ 95.000,00

(258) 3.1.90.13.00.00.2.110.01.0002 Obrigações Patronais R\$ 29.000,00

Total anulação R\$ 558.200,35

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 9 de novembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 153.2021.

REGIDO PELAS LEIS MUNICIPAIS Nº. 923 DE 26 DE JUNHO DE 2018 E 1.085 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO Contratação de Enfermeira Padrão, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DO VALOR: Valor mensal de R\$ 6.178,17 (Seis mil cento e setenta e oito reais e dezessete centavos).

DA VIGÊNCIA: 08/11/2021 à 07/11/2022.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / CONTRATANTE e DAYANE RODRIGUES DA SILVA / CONTRATADO

DECRETO Nº. 211, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021.

ESTABELECE DATA LIMITE PARA ENCERRAMENTO DE PROCESSOS DE COMPRAS PÚBLICAS DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2021.

IRINEU MARCOS PARMAGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO a proximidade do encerramento do exercício em curso;

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização dos prazos fixados para recebimento de compras públicas pelos órgãos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o prazo limite de até 17 de dezembro de 2021 para o encerramento de processos de compras públicas dos órgãos da estrutura do Poder Executivo municipal.

Parágrafo único. Não se incluem na data prevista no *caput* as compras relacionadas à Secretaria de Saúde e/ou de excepcional interesse público.

Art. 2º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de novembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

DECRETO Nº. 210, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A INSCRIÇÃO E BAIXA DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMAGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas no artigo 58, inciso V da Lei Orgânica Municipal e o superior e predominante interesse do município, a teor do que dispõe a legislação vigente aplicável à

espécie, especialmente o artigo 36, em combinação com o parágrafo único do artigo 92, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e,

CONSIDERANDO a necessidade do fiel cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar 101/2000, especificamente no que diz respeito ao equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas;

CONSIDERANDO que é imprescindível registrar somente os compromissos líquidos e certos assumidos pela administração após a devida liquidação das despesas nos termos do artigo 63, §2º da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO que é fundamental que os demonstrativos contábeis informem saldos reais de dívidas flutuante, extirpando aquelas registradas indevidamente;

DECRETA:

Art. 1º Ressalvadas as despesas decorrentes de execução de obras e instalações, material permanente, de despesas de caráter continuado e ad decorrentes de medidas de contenção e combate à pandemia da COVID-19 somente poderão ser inscritas em restos a pagar no fluente exercício as despesas empenhadas e efetivamente realizadas no exercício financeiro correspondente, cuja liquidação se tenha verificado no ano ou possa vir a ocorrer até 31 de dezembro de 2021.

§ 1º Para fins do disposto nesse artigo, consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras tenham sido efetivamente realizadas no exercício e liquidadas aquelas cujos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito comprovem o direito do credor, conforme estabelecido no parágrafo segundo do artigo 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Os saldos de empenhos referentes a despesas que não se enquadrem no *caput* desse artigo, bem como aquelas cujo saldo se referir a empenhos estimados deverão ser anulados pelo ordenador de despesas.

§ 3º As despesas inscritas em restos a pagar do ano em curso não liquidadas até 31/12/2021, poderão ser anuladas em conformidade com a prescrição quinquenal prevista no artigo primeiro do Decreto Federal nº. 20.901/32, o artigo segundo do Decreto Federal nº. 4.597/42 e o parágrafo quinto, inciso primeiro do artigo 206 do Código Civil.

§ 4º O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência das anulações estabelecidas nos parágrafos segundo e terceiro, cujas despesas tenham sido liquidadas ou realizadas serão atendidos à conta de dotação orçamentária constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos no exercício em que se der a reclamação.

Art. 2º As despesas inscritas em restos a pagar do exercício de 2019, bem como em exercícios anteriores não liquidadas até 31/12/2021 deverão ser obrigatoriamente anuladas, ressalvadas as despesas decorrentes de execução de obras e instalações.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no *caput* às despesas relativas a:

I- ações orçamentárias financiadas com recursos de operações de crédito externo, inclusive sua contrapartida nacional;

II- ações orçamentárias financiadas com recursos próprios cuja execução esteja paralisada por falta de transferência de recursos pelo poder público.

Art. 3º Cabe à Secretaria Municipal de Finanças o levantamento dos créditos, situações de liquidações da despesa e cumprimento do disposto nesse decreto.

Art. 4º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 10 de novembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

LEI Nº.1.339, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021.

ACRESCENTA DOTAÇÃO À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO: 2.056 – Gerenciamento das Atividades do Polo de Academia de Saude Espaço Bem-Estar

3.1.90.13.00.00.2.056.01.0046 Obrigações Patronais R\$ 4.000,00

Total suplementação R\$ 4.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(287) 3.3.90.39.00.00.2.035.01.0046 Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00

Total anulação R\$ 4.000,00

Art. 3º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 9 de novembro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DECRETO Nº.195, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 1.336, de 9 de novembro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Abrir o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R\$ 42.624,91 (quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais e noventa e um centavos), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

(873) 4.4.90.51.00.00.1.223.01.0000 Obras e Instalações R\$ 42.624,91

Total suplementação R\$ 42.624,91